

EDUCAÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS

Hugo Augusto Turaça Leandro (UFMS)

leandro.alcapone@gmail.com

Tais Turaça Arantes (UFRJ)

taistania@gmail.com

RESUMO

No presente texto desenvolve-se um esforço para pontuar a importância de uma alfabetização que não apenas limite a leitura para simples manuais técnicos ou apenas ocorra de maneira mecânica, ou seja, codificar e decodificar, mas o quanto importante é compreender o que se está lendo para uma profunda compreensão. Apresentaremos não somente os conceitos de alfabetização e letramento e a importância de caminharem juntos, mas também como ocorre a educação, seja de maneira institucionalizada ou não, em povos que não faz uso da escrita e leitura. Nesse mesmo contexto, de maneira tímida, será apresentada também a importância da educação social como ferramenta para que esses processos ocorram.

Palavras-chave:

Alfabetização. Letramento. Educação social.

RESUMEN

En el presente texto se hace un esfuerzo por enfatizar la importancia de la alfabetización que no solo limita la lectura a simples manuales técnicos o solo ocurre mecánicamente, es decir codificando y decodificando, sino lo importante que es comprender lo que se lee para una comprensión profunda. Presentaremos no solo los conceptos de lectoescritura y letramento y la importancia de caminar juntos, sino también cómo se da la educación, institucionalizada o no, en personas que no utilizan la escritura y la lectura. En este mismo contexto, de manera tímida, también se presentará la importancia de la educación social como herramienta para que estos procesos se den.

Palabras clave:

Literatura. Letramento. Educación Social.

1. Introdução

Este artigo tem a intenção de apresentar os conceitos de alfabetização, letramento e educação, demonstrando de maneira sutil alguns dos diferentes significados que se obtêm dos mesmos, que ora são limitados a simples técnicas, reduzindo a importância da escrita apenas como uma prática para a leitura de receitas, ora compreendidos como de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade.

Importante salientar que não se trata de um texto que tem como objetivo discutir a significação da Educação Social e suas diferentes concepções, no entanto, trazer clareza sobre sua importância, principalmente no último tópico que discutirá a educação no anarquismo.

Analisaremos alguns aspectos educacionais nos períodos dos séculos XVI ao XVIII, porém, não com a intenção de transcorrer de maneira linear, mas apenas demonstrar como era compreendida e qual a importância atribuída à escrita, à leitura e à educação. De maneira despretensiosa discutir o quão importante é o fato de algumas sociedades limitarem o acesso ao conhecimento, temendo o surgimento de pensamentos que criticassem a estrutura social estabelecida de cada época.

No decorrer da leitura será possível perceber que para algumas sociedades, ler e escrever são consideradas práticas fundamentais, ou seja, a função social que se alcança com tal feito é de suma importância. Tão importante que em determinados períodos e localizações, essa prática era restrita para alguns.

Vale destacar também que o texto não pretende destacar quais métodos podem ser considerados satisfatórios para que ocorra a alfabetização, mas permear a discussão em torno de sua importância ou não.

As questões a serem discutidas a seguir são apenas para compreensão inicial dos temas que serão abordados, pois deve-se levar em consideração de que cada período histórico teve seus fatores predominantes. Dessa maneira não caberá a esse texto analisar com intenções arrogantes, mas demonstrar o que se entende por educação e, como pode contribuir para libertar uma sociedade de amarras por falta de conhecimento.

2. Desvalorização de uma cultura e, sobreposição de outra

Em relação à metodologia a ser utilizada nesse texto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Foram selecionadas algumas obras de determinados períodos que articulam sobre a educação brasileira, onde caberá por meio das quais se discutirá a importância para alguns povos com relação a cultura escrita e, conseqüentemente, a leitura. Golsalves (2005, p. 34) aponta que “caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa”.

Os textos selecionados não seguem uma linearidade temporal, ou seja, não são exatamente períodos que seguem a narrativa cronológica, apesar de fazerem parte de um contexto geral, até porque o objetivo dessa escrita não é relatar de maneira minuciosa todos esses períodos históricos que serão retratadas nos séculos XVI, XVII, XVIII e XX. Dessa maneira, este artigo fica desprendido da responsabilidade de comparações acerca da estruturação social aprofundada, apesar de fazer menção em alguns momentos, porém, com o simples intuito de uma melhor compreensão.

Ler e escrever, esse é o objetivo e ponto. Sim, para muitos essa é a única intenção e nada mais, nem mesmo leva-se em consideração qual a sua real importância e sua função perante a sociedade, nem mesmo questiona-se a qualidade e como tal questão é alcançada. Por diversas vezes a intenção é apenas ler e escrever.

Quando percorremos a história da educação, em especial a educação autóctone (indígena) dos séculos XVI, XVII e XVIII, é possível notar as diferentes significações que cada sociedade atribuía para a leitura e escrita nos diversos contextos ou até mesmo se havia espaço para essa prática. E o fato de não haver em determinada cultura, não significa ausência de educação, podendo ser ou não institucionalizada²³. Independente da maneira que ocorra, a educação se faz presente em todo âmbito social e a maneira como é compreendida e estruturada está diretamente ligada às particularidades de cada cultura.

O senso comum costuma se referir aos índios como se fossem seres não evoluídos ou que sua socialização não foi amadurecida, porém isso não corresponde à verdade. Há entre eles diferentes culturas e contextos. Dessa forma, classificar índio como um todo não seria coeso, mas compreender que há índios e com isso diferentes interpretações deles sobre comunidade e socialização. Segundo Caleffi (2008):

Assim, perseguiremos o objetivo de entender o outro (o índio) como sujeito de sua história, portador de culturas distintas da vivenciada pelo mundo greco-judaico- cristão do colonizador, agente criador de um cosmos, que, diferente do que pensavam os europeus que aqui chegaram, não era uma etapa da evolução humana, onde a cultura européia seria a forma amadurecida e portanto civilizada, mas sim uma maneira original, tão completa e amadurecida quanto pode ser a européia ou qualquer cultura, porém diferente, peculiar, uma outra maneira de ser e estar no mundo. (CALEFFI, 2008, p. 33)

²³ Institucionalizada – educação formal, escolarizada.

O fato de os índios desse período não terem uma educação institucionalizada ou uma língua escrita não significa que não havia uma estrutura para que o processo educacional se desenvolvesse, ou seja, há diferentes intenções e expectativas se comparadas as sociedades que o fazem. Nesse caso, a preocupação está justamente no fato da socialização dos indivíduos em uma determinada localização, pois, para conviver em uma comunidade ou até mesmo no meio familiar é preciso de uma educação. E tal fato somente é possível por meio de um processo educativo. Compreender e aprender os costumes de determinado local para que seja constituído membro. Caleffi (2008) sugere que

[...] para isto necessitamos um conceito que entenda a educação como um amplo processo não vinculado necessariamente a um sistema de ensino institucionalizado ou mesmo à existência da língua escrita, mas a educação como um processo de socialização dos indivíduos em uma data cultural. Todos os elementos e noções que um sujeito apreende e que faz dele membro de uma determinada comunidade constitui um processo educativo. Aquilo que aprendemos de nossos pais, parentes e do grupo no qual vivemos, a forma herdada, cotidianamente reinventada de compreensão de um cosmos. . (CALEFFI, 2008, p. 32)

Podemos perceber que o desenvolvimento de uma sociedade depende de vários fatores e não somente de uma cultura escrita para que funcione, fatores esses que são valorizados pelos índios e que em uma sociedade alfabetizada nem sempre são considerados, como no caso do respeito mútuo para que a sociedade se desenvolva e esse processo ocorra de maneira satisfatória.

Sua organização social, era constituída geralmente por famílias de três gerações e, mesmo não havendo um professor ou uma escola, se apropriavam por meio da inserção e, por serem membros ativos, ou seja, o que prevalece é justamente a ideia de uma comunidade. Aprenderão então todos os seus deveres de coletividade para que possam sobreviver uns com os outros.

Sua maneira de produção por exemplo é destinada apenas para sua sobrevivência, plantam e colhem ou retiram da natureza apenas para suas necessidades diárias. Não haveria sentido em colherem quantidades maiores, pois, não havia comércio ou mesmo a intenção de um. Dessa maneira, os alimentos poderiam continuar em seu local original e dessa maneira seriam conservados para uma futura retirada (Cf. CALEFFI, 2008). Não havendo venda de alimentos ou algum tipo de comércio, não havia a necessidade de trabalharem além do suficiente para suprirem suas necessidades.

Compreendemos que cada cultura possui suas particularidades, que por sua vez nem sempre são respeitadas como dito anteriormente. Nota-se que a educação contemporânea, por exemplo, ou até mesmo a dos períodos aqui supracitados tendem a padronizar e uniformizar como os processos devem acontecer, ou seja, almeja-se os mesmos resultados, porém, de uma diversidade cultural maior do que se pode abraçar. O fato de não considerar os diferentes contextos culturais, pode ser entendido como uma espécie de extermínio da identidade.

Não questionaram os índios desse período se eles queriam se apropriar dos costumes considerados civilizados e, isso significa a descon sideração da vivência de um povo, resumindo-o ao nada, determinando que seus saberes são inferiores pelo simples fato de não serem educados como os que o propuseram ou por não saberem ler e escrever.

Viver em uma sociedade organizada de maneira diferente, ou seja, não prevalecendo o Estado, pode parecer absurdo atualmente, justamente por não haver leis que regem o desenvolvimento social. “Por Estado entendemos aqui um estrato institucionalizado da sociedade, que detém o poder e que pode legitimamente exercê-lo como força coercitiva sobre o corpo social” (SERVICE, 1984, p. 11 *apud* CALEFFI, 2008, p. 36). No entanto, não significa que não havia uma organização.

Caleffi (2008) aponta que

[...] Também é possível estabelecer alianças através de um outro elemento chamado reciprocidade. Com a reciprocidade eu garanto que no momento em que convidei uma outra família para partilhar de uma comida ou de uma ,festa serei por ela convidado em outra ocasião. . (CALEFFI, 2008, p. 36)

A partir do excerto acima a autora demonstra que deveria haver um consenso entre ambas as partes ou seja, mesmo que não houvesse contratos ou leis redigidas por letras, havia uma significação em beneficiar ambos, para que dessa maneira pudesse haver uma manutenção no convívio social.

Até o presente momento foi possível perceber que a não existência de uma cultura escrita não faz de um povo ser inferior ou incompleto, mas apenas demonstra que organizavam para sua sobrevivência de maneira diferente de outras sociedades. Valorizavam a oralidade, conhecimentos que são passados de gerações para gerações e que se atualizavam quando necessário. Repetiam os ensinamentos para que não se perdessem no decorrer do tempo ou com o nascimento de novos integrantes, reforçando assim sua cultura.

Definir o conceito de alfabetização de forma direta seria dizer que se trata da apropriação do ato de codificar e decodificar, ou seja, escrever e ler. Não que o conceito não mereça uma definição aprofundada, mas para uma melhor compreensão, será assim abordada. Para reforçar essa fala, Tfouni (2002) assevera:

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instituição formal. (TFOUNI, 2002, p. 9)

Para que, a prática da leitura e escrita tenha significado, se faz necessário compreender a importância de seu uso, o que naquele momento para os índios não era. Se não havia a necessidade de leitura, automaticamente não havia necessidade de escrita – processos que se referem às práticas formais da escolarização, uma realidade não vivenciada pelos índios daquele período.

Dizer que deveriam ser escolarizados afirmando que, não havia educação em sua organização, sugere incoerência, pois, se eles não compreendiam a necessidade de tais práticas, qual a necessidade em sua apropriação? A maneira como ocorria e o preço pago poderia ser irreversível, como diz Silva (2014):

Pode afirmar-se que a instrução e a leitura constituíram o quinhão de uma minoria de crianças e jovens. Desde o século XVI, os colégios dos jesuítas visavam dois objetivos principais: ensinar a ler e escrever aos pequenos índios isolados de suas famílias e arrancados à cultura indígena; e formar os quadros para a própria Companhia de Jesus no Brasil. (SILVA, 2014, p. 131)

A questão é que as sociedades europeias os compreendiam como seres incompletos por não reproduzirem os mesmos costumes que os seus e “arrancados” como expressa o autor, soa como algo um tanto quanto cruel, pois, alguém que queira realizar algo não necessita ser arrancado de lugar algum. Quais foram os custos e prejuízos desse aprendizado forçado?

Podemos de maneira superficial tentar imaginar, mas estaríamos apenas arranhando a superfície, pois, somente os envolvidos saberiam o valor dessa atrocidade.

Não cabe aqui discutir os direitos dos índios contemporâneos, nem mesmo definir se devem ou não aprender ler e escrever ou se essa mesma prática deveria ter feito parte dos índios daquele período. A intenção é justamente contrapor a afirmação de que um povo indígena não

alfabetizado não mereça seu devido reconhecimento perante a sociedade, pois, há saberes particulares que somente a alfabetização por si só não daria conta. Sua cultura não deve ser reduzida ao simples conceito de leitura e escrita. A leitura de mundo que fazem sobre sua maneira de viver é justamente a questão que deve ser interpretada como fator predominante e caso queiram ou sintam a necessidade de aprender determinadas práticas, que estejam a eles disponíveis como um conhecimento que irá ser agregado e não uma situação de obrigatoriedade que os arranque de seus lugares ou os façam perder suas identidades.

3. *Conhecimento mecânico*

Saber escrever e ler ou codificar e decodificar, não significa compreender todo o contexto ao qual a escrita pode propor. Quando a leitura de uma receita é realizada, a intenção é apenas instrucional, ou seja, o mesmo quando se lê um manual de instruções.

O objetivo é apenas que o leitor alcance o resultado para operar algo, realizar ou chegar a um resultado predefinido. Não há problema em ler de maneira funcional e objetiva um manual ou receita, o problema é ler dessa mesma maneira quaisquer textos complexos ou até mesmo não conseguir fazê-lo.

Nem sempre o processo de aprendizado da leitura e de escrita ocorre com a intenção de que o indivíduo consiga apropriar-se em sua totalidade. Escrever e ler podem não ser suficientes para o alcance de um pensamento crítico e, para isso, faz-se necessário ir além da alfabetização, por esse motivo, ter uma sociedade alfabetizada não significa que seja crítica. A alfabetização pode ser considerada como um caminho introdutório, porém, sozinha não desenvolverá a criticidade, o que dependerá das ferramentas e intencionalidades que se espera alcançar durante o processo.

Durante o decorrer da história, as escolas alfabetizaram de maneira anteriormente exposta, apenas com intenções funcionais, fazendo uso de diversos métodos para chegar a um caminho somente, juntar as letras e ler, apenas isso.

No ensino tradicional por exemplo, a metodologia baseava-se na repetição, uso de cartilhas que continham frases sem significados, como no caso “Ivo viu a uva”. O objetivo era compreender que “B com A = BA”, e assim por diante. É preciso romper essa barreira, a fim de realizar

uma leitura maior do que impressa no livro. Para Freire (1989) o ato de ler

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9)

Não se pode negar o fato de que, a prática da cultura escrita é de suma importância para as sociedades que assim a compreendem e, ser alfabetizado ou aprender a escrever e ler, mesmo não sendo suficientes se compreendidos de maneira isolada, podem ser elementos essenciais na vida de muitos que o praticam, pois, irá introduzir o indivíduo a diversos conceitos. Poderia ser esse um dos motivos de nem sempre ser oferecido para as mulheres, pois, a elas estavam destinados outros fazeres. Segundo Silva (2014)

É preciso contudo ressaltar que, mesmo no período em que os jesuítas dominavam o ensino na colônia, existiam outros mestres que ensinavam as primeiras letras aos meninos, como se pode constatar pelas recomendações dos juízes dos órfãos, desde finais do século XVI, para que os tutores fizessem as meninas aprender a costurar e outras prendas domésticas e os meninos a ler, escrever e contar. (SILVA, 2014, p. 132)

Nesse trecho vemos o quão poderosa pode ser a prática da leitura e escrita, pois, para se proibir as mulheres de que o fizessem e designá-las a outras aprendizagens era um vestígio de que naquela sociedade não queriam que elas tomassem consciência de como eram retratadas e nem que ocupassem outros lugares aos já demarcados. Essa fala condiz com a seguinte afirmação:

Depois de aprenderem a ler “sem a necessidade de soletrar as palavras”, eram as educandas iniciadas na arte de escrever, devendo a mestra ensinar-lhes a usarem os termos próprios para explicarem seu pensamento com ordem e clareza, “e de um modo breve e conciso, cortando-lhes as palavras ou períodos que forem supérfluos”. Estas instruções relacionam-se com a correção dos dois maiores defeitos femininos, segundo Azeredo Coutinho: a prolixidade e a imaginação errante. (SILVA, 2014, p. 135)

Para as mulheres, poucas eram as opções. A única maneira de escapar do analfabetismo feminino era ser enviada aos conventos, situação comum no período Colonial. No entanto, pelo grande fluxo de filhas enviadas aos conventos, essa prática deixou de ser atrativa aos olhos do governador de Minas Gerais, onde o mesmo sugeriu ao rei que não permitisse mais esse feito. Para o governador, continuar com essa atitude iria

conflitar diretamente com outros interesses, como afirma Silva (2014, p. 133): “Se Vossa Majestade não lhe puser toda a proibição, suponho que toda a mulher do Brasil será freira”. A preocupação era com o mercado matrimonial.

Em 1732 com o alvará de 14 abril, foi atendida essa questão para que houvesse uma averiguação antes que as moças fossem enviadas aos conventos, se realmente possuíam vocação religiosa ou não. Somente no final do século XVIII é que se alteraram os objetivos dos recolhimentos claramente, ou seja, passando a ter caráter e função de educar a população feminina. Nesse sentido Silva (2014) diz:

É que, em finais do século XVIII, as autoridades só viam com bons olhos a criação de recolhimentos se estes servissem para a educação da população feminina, princípio este que antes se procurara implantar sem êxito no Brasil, mas que, agora, com a divulgação da ilustração, tornava-se mais fácil adotar. Quando vagasse algum lugar de recolhida, seriam examinadas as pretendentes e um dos quesitos fundamentais era saber ler, escrever e contar. (SILVA, 2014, p. 134)

Muda-se a postura com relação ao aprendizado das mulheres, mas não suas intenções. Silva (2014) destaca que

[...] Quanto às educandas, todas as regras a elas referentes assentavam no princípio da necessidade da educação das meninas, dado “o grande influxo que as mulheres têm no bem, ou no mal, das sociedades”. Os papéis femininos eram claramente definidos: “elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz, e filhos que educar na virtude”. (SILVA, 2014, p. 134)

Percebe-se que mesmo as educandas²⁴ podendo ter a oportunidade de aprender a ler e escrever ou alguns outros afazeres, essa educação deveria direcionar a um ponto apenas, cuidar futuramente de seus lares quando fossem casadas. Nota-se que ao não permitir acesso a outras ferramentas, ou seja, livros e leituras que pudessem ser mais complexos, restringe-se então o conhecimento, tornando-o limitado e não permitindo que as mulheres pudessem levantar futuros questionamentos quanto sua posição.

Como mencionado anteriormente, apenas codificar e decodificar de maneira mecânica em nada beneficiará para a amplitude de um pensamento crítico, apenas o condicionará a manter-se em sua postura atual que tende a ser permanente. Ao delimitar os níveis de educação que as mulheres poderiam receber, acaba por tornar escasso as incontáveis pro-

²⁴ Educandas: moças que iriam aprender os princípios de como deveriam ser e agir perante a sociedade doperiódocolonial e como cuidar de seus lares.

babilidades que poderiam ser alcançadas caso lhes fosse permitido ler e falar livremente. Mas não seria interessante naquele momento, pois, caso viessem a se conscientizar, poderiam não concordar com as posições que ocupavam.

4. *É preciso ler além do que está escrito*

Em contrapartida aos períodos anteriores, no Anarquismo percebe-se o quanto a concepção de educação receberá outra significação. Rompendo totalmente com a ideia da limitação do conhecimento, o contexto a ser apresentado a seguir, demonstrará uma outra compreensão sobre a alfabetização e o quão importante é a educação e como é preciso ler além do que está escrito.

Não há como conscientizar uma sociedade, utilizando métodos que ensinem repetidamente “O boi baba no bebê”. Para que essa conscientização floresça, é necessário permitir contato com obras complexas, mostrar-lhes que há muito mais a ser compreendido e interpretado. É preciso ler a sociedade a qual está inserido e somente a partir dessa leitura poder escrever e construir uma sociedade diferente da qual se está insatisfeito.

Para Freire (1999),

[...] Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão. (FREIRE, 1999, p. 11)

Permitir acesso ao conhecimento, compreender e valorizar a educação como uma ferramenta para uma possível mudança, direcionará e tencionará todo o contexto de qualquer que seja o período. Segundo Gallo e Moraes (2005),

Em termos bastante gerais, podemos dizer que o Anarquismo defendeu e defende a possibilidade de construção de uma nova sociedade, de uma sociedade sem a ingerência do Estado, uma sociedade justa e igualitária. E, na construção de uma tal sociedade, os anarquistas sempre entenderam que a educação desempenharia um importante papel. (GALLO; MORAES, 2005, p. 87)

É válido destacar e ressaltar novamente que não é intenção do presente texto discutir de maneira aprofundada questões como o feminismo e sua luta, apesar de citar como ocorria a educação com as mulheres. Também não é de interesse dessa escrita analisar todo o período ao

qual ocorre o Anarquismo, não pelo fato de não considerar importantes questões, mas por não ser o objetivo, que por sua vez está centralizado em como era compreendida a educação e alfabetização em diferentes períodos aqui citados.

Para reafirmar o quão importante era para os Anarquistas a educação, vale destacar o seguinte:

Os anarquistas sempre deram muita importância à questão da educação ao tratar do problema da transformação social: não apenas à educação formal, mas também à informal, realizada pelo conjunto social, e daí sua ação cultural através do teatro, da imprensa, seus esforços de alfabetização e educação dos trabalhadores, seja através dos sindicatos, seja através das associações operárias. O maior esforço dos anarquistas foi, porém, o de promover um processo educativo que pudesse educar as crianças para a liberdade e a autonomia. Para isso, propuseram-se a criar escolas baseadas numa educação integral. (GALLO; MORAES, 2005, p. 89)

Por conseguinte a educação para os anarquistas não somente é interpretada e compreendida como uma questão importante, como também será de extrema relevância para que ocorra uma transformação social, que nesse caso compreende-se que ocorrerá por meio de uma educação qualificada. E diferentemente de outros períodos citados, a intenção não era padronizar o conhecimento, pelo contrário, não só consideravam importante nesse período em questão, como ofereciam ferramentas de diversas maneiras, para que assim alcançasse o maior número possível de pessoas.

Tão fundamental era para os anarquistas alcançarem a liberdade por meio da educação, que segundo Gallo e Moraes (2005, p. 89), “Baseado nos princípios anarquistas, Robin acreditava que o ser humano precisava ser educado em sua integralidade, para que possa desenvolver-se em plenitude, construindo e conquistando a liberdade”. Percebe-se com essa fala as diferentes significações que a educação pode receber dependendo dos diferentes períodos e contextos.

Para uma melhor compreensão e que, não fique vago a concepção de educação dos anarquistas, é necessário destacar como era sua organização, com princípios de educação integral, sua estruturação segundo Gallo e Moraes (2005) ocorria da seguinte maneira:

A educação intelectual desenvolvia-se como uma “pedagogia da pergunta”, através da qual os estudantes eram levados a experimentar e produzir seus próprios saberes a partir das experiências, confrontando-os com os conhecimentos sistematizados nos livros. A educação física, para além dos jogos e recreações, que procuravam estimular a cooperação e a solidariedade e não a competição, investia também numa educação manual, vol-

tada para o refinamento sensório-motor nas crianças pequenas. E, mais importante, desdobra-se também numa educação profissional politécnica. Isto é, a escola era dotada de uma série de oficinas, de trabalhos com madeira, com metais, com papel (gráfica e imprensa), com tecidos (roupas), de trabalhos agrícolas (horta), além dos serviços gerais de limpeza. As crianças e jovens eram organizadas em grupos que se revezavam nessas várias atividades, semana a semana. A educação moral, por fim, era responsável pela preparação para uma vida em liberdade. Todas as relações travadas na escola, entre estudantes, professores e servidores em geral, eram tomadas como relações educativas; procurava-se, portanto, desenvolver uma ética da liberdade e da responsabilidade, que motivasse uma vida segundo princípios anarquistas. (GALLO; MORAES, 2005, p. 90)

A maneira como era compreendida e organizada a educação para os anarquistas, tinha como finalidade, como visto acima, proporcionar a liberdade, mas também a responsabilidade para que pudesse desenvolver-se em sua plenitude.

Sem adentrar de maneira intrínseca no contexto do Anarquismo, mas para que seja possível compreender alguns dos acontecimentos e lutas que permeavam aquele período, é de interesse destacar alguns temas que formulavam as pautas para as discussões que tinham como objetivo por exemplo, alcançar melhores condições de trabalho, o fim do trabalho infantil e do trabalho noturno para as mulheres (Cf. GALLO; MORAES, 2005).

A essa altura, é possível notar o peso e a necessidade de uma educação em que fosse possível alcançar os objetivos almejados pelos anarquistas. Não uma alfabetização que visava apenas ler e escrever sem significância alguma, mas uma leitura que pudesse permitir que os operários interpretassem o que estava acontecendo de maneira sorrateira. Os anarquistas estavam cientes da necessidade dos trabalhadores em serem alfabetizados, pois, para os anarquistas, os trabalhadores eram peças importantes para que ocorresse uma transformação social. O não saber ler, gerou medidas improvisadas, como podemos ver a seguir:

[...] as dificuldades dos anarquistas quando esbarraram com o analfabetismo no interior do movimento operário. O fato obrigava a leitura dos jornais em voz alta para grupos de trabalhadores, na hora do almoço, nos locais de trabalho ou nas sedes das associações e sindicatos, possibilitando os analfabetos o entendimento e assimilação das estratégias e dos métodos de luta. (GALLO; MORAES, 2005, p. 91)

A esse contexto cabe literalmente a definição do letramento que, segundo Soares (2009, p. 21) “(...) tem como objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no soci-

al (...)"'. Termo que surgiu na década de 80, sendo considerado recente, descreve, apesar de não fazer parte diretamente do contexto e períodos aqui analisados, a importância do uso que se faz da leitura e escrita, ou seja, quando interpretamos e exercemos papéis na sociedade.

Aqui cabe dizer que, transformação alguma ocorreria na sociedade, não fosse a educação, como sugere Diaz (2006, p. 99), ela "(...) é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades e, por isso, a educação é ao longo de toda a vida, acompanha o homem do nascimento até à morte". Concordamos com Ortega (1999), conforme citado por fulano (Cf. DIAZ, 2006) quando diz que

[...] a educação social é ou seria fundamentalmente a dinamização activa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e a compensação, normalização ou, até, a reeducação da dificuldade e do conflito social. Portanto, uma educação social assim entendida promove e dinamiza uma sociedade que educa e uma educação que socializa, integra e ajuda a evitar, equilibrar e reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social. (DIAZ, 2006, p. 99)

A partir do excerto do autor, a educação deve ser compreendida em seus diferentes espaços espaciais e temporais e que, esse movimento não deve ser entendido apenas como transmissão de conhecimentos instrutivos (Cf. DIAZ, 2006).

5. Considerações finais

Apesar de o texto não se responsabilizar em definir os conceitos de Educação Social e nem mesmo abrir espaço para uma discussão aprofundada sobre a temática, foi possível compreender o seu papel, sua relevância e, contribuição para a sociedade, ou seja, o último tópico trouxe clareza sobre o efeito que a educação pode causar quando utilizada como ferramenta para conscientizar uma sociedade.

A educação pode transformar e ampliar o entendimento que um indivíduo poderá vir a ter, ou seja, até mesmo em situações em que limitava-se o conhecimento para as mulheres como no período colonial, notamos que caso esse limite fosse ultrapassado, poderia de alguma forma desencadear pensamentos que eram considerados "errôneos", mas que na verdade seriam pensamentos críticos que estariam surgindo e se formando.

O limite estipulado para algumas sociedades com relação a educação, tem apenas a intenção de doutrinar, no entanto, no anarquismo ve-

mos uma educação na contramão, ou seja, para que ocorra uma transformação social e se alcance mudanças, é necessário se libertar, ir além.

De modo geral, foi possível analisar que o fato de não haver escrita e leitura entre alguns povos, como os índios, não deve direcionar ao entendimento de que seus conhecimentos eram inferiores a outros, pelo contrário, havia um consenso do que era necessário para a sobrevivência e da importância da reciprocidade, para que dessa maneira pudesse haver harmonia. A estrutura indígena aqui retratada, demonstrou muito mais madura do que as sociedades que tentaram sua conversão. Para esse povo, a falta de habilidades e técnicas para a escrita e leitura se dava pelo simples fato de não ser necessário em seu contexto. Alfabetizá-los de forma abrupta é desconsiderar todo o seu conjunto de saberes, elegendando como soberano os contextos sociais que exercem essas habilidades.

Notamos então que independente dos períodos supracitados, em todos havia educação, o que se opunham eram os interesses. Se por um lado havia educação com intenções doutrinárias, apenas para a manutenção da sociedade, por outro no período do Anarquismo, percebe-se o quão significativo deve ser essa educação, pois por meio dessa é que poderá ocorrer um confronto (de saberes) e transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALEFFI, P. Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão? In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. I, Séculos XVI-XVIII. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. p. 32-43

DIAZ, A. S. Uma aproximação a Pedagogia – Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, n. 7, p. 91-104, 2006.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALLO, S.; MORAES, J. D. Anarquismo e educação: A educação libertária na primeira república. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III: Século XX. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 87-99

GONSALVES, E. P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 4. ed. Campinas-SP: Alínea, 2005. 80p.

SILVA, M. B. N. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. 1: Séculos XVI-XVIII. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. p. 131-45

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2002.